



Circuito Regional

*Ciência, Tecnologia e Inovação para
o Desenvolvimento Sustentável*

COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Ações implementadas pelo Município de Joaçaba

CORRÊA, Laura Maria¹; DA SILVA, Magda Cristiane Detsch².

1. Discente do Curso de Direito, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC);
2. Docente do Curso de Direito, Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

Área: Ciências Jurídicas

Introdução: Ao longo do tempo, as crianças e adolescentes brasileiras passaram por situações críticas de negligência, sendo marginalizadas porque não eram vistas como pessoas que precisavam de proteção. Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8069 de 13/07/1990, ficaram assegurados direitos especiais e proteção integral à criança e ao adolescente. A partir da promulgação da Constituição Federal, juntamente com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, passou a entender a criança como um ser titular de direitos, em desenvolvimento e com preferência absoluta, que necessitam da integração e prioridade da proteção familiar e social, bem como do Estado. Mesmo com a prevista integração operacional de órgãos públicos e atividades sociais, os casos de violência sexual de crianças e adolescentes estão aumentando cada vez mais, refletindo em cerca de 500 mil vítimas por ano advindas dessa brutalidade. **Objetivo:** O objetivo da pesquisa foi realizar uma análise das referidas ações descritas no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, apresentados pelo Governo Federal para serem implementadas em todo território nacional, mais especialmente, como se dá o cumprimento dessas ações no município de Joaçaba. Assim, pretende-se demonstrar quais as políticas públicas empregadas pelo poder executivo municipal para atender às ações estabelecidas no plano decenal. **Método:** Para a consecução deste trabalho será seguido o método de pesquisa descritiva e metodologia exploratória, com vistas a aprofundar o raciocínio sobre a temática, a fim de desenvolver uma visão mais ampla sobre o papel das políticas públicas na garantia do direito à proteção infanto-juvenil nos crimes de estupro. Além disso a pesquisa será qualitativa pois será realizada uma



Circuito Regional

*Ciência, Tecnologia e Inovação para
o Desenvolvimento Sustentável*

pesquisa documental e bibliográfica, a fim de levantar um panorama histórico e social da violência sexual contra crianças e a rede de proteção, além de investigar suas vertentes, seus objetivos, evolução e a forma como tem sido prestado no país, além de identificar os impactos no ordenamento jurídico e as alternativas para evolução e garantia do instituto. **Resultados:** Mesmo que a pesquisa esteja em andamento, é notório perceber que mesmo com a promulgação das leis e das políticas públicas instituídas, ainda existem diversos aspectos que precisam ser melhorados em diversos âmbitos sociais, partindo da iniciativa familiar e do Estado. Para tanto, deverá ser articulado entre a sociedade e o Estado uma forma de aperfeiçoamento ao enfrentamento dessa violência, possibilitando promover atos essenciais para cessação desse crime. **Conclusão:** Desta forma, foi possível abordar os conceitos da exploração sexual e sua distinção da violência sexual, tornando-se evidente a fragilidade em determinadas repartições públicas ao garantir a eficácia na proteção das crianças e adolescentes com seus direitos violados, visto o despreparo não operado através da Rede de Proteção. Outrossim, ainda há fatores que deixam de contribuir ao cessamento dessa realidade que é a violência sexual presente na sociedade, evidenciando a indispensabilidade de projetos e ações sociais por meio de instituições públicas e privadas, bem como no âmbito governamental, a fim de atribuir a garantia do princípio fundamental do bem-estar para nossas crianças.

Palavras-chave: Rede de Proteção; Crianças e adolescentes; Exploração Sexual; Violência Sexual.

Contato: Laura Maria Corrêa, correalau7@gmail.com; Magda Cristiane Detsch da Silva, magda.dasilva@unoesc.edu.br.

Agradecimentos: A autora Laura Maria Corrêa agradece ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica vinculada ao artigo 170.